

# Instituto Nordeste Cidadania

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2023**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balanco patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto</b>	<b>10</b>
<b>Demonstração das origens e aplicações dos recursos</b>	<b>11</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>12</b>



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300  
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota  
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil  
Telefone +55 (85) 3457-9500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Ao Presidente, Conselheiros e Diretores do  
Instituto Nordeste Cidadania  
Fortaleza - Ceará**

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Nordeste Cidadania ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nordeste Cidadania em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Instituto Nordeste Cidadania, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### **Demonstração das origens e aplicações dos recursos**

A demonstração das origens e aplicações dos recursos (DOAR) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da administração do Instituto, cuja apresentação não é requerida de acordo com o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Instituto. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos nas Leis 13.019/14 e 9.709/99 (Lei Geral das OSCIPS – Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público). Em nossa opinião, essa demonstração das origens e aplicações dos recursos foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nas referidas leis acima descritas e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada

Comunicamo-nos os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 15 de fevereiro de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC CE-003141/F-5

*Tiago dos Santos Lima*  
Tiago dos Santos Lima  
Contador CRC 1SP-268549/O-6

## Instituto Nordeste Cidadania

### Balanço patrimonial exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2023	31/12/2022	Passivo	Nota	31/12/2023	31/12/2022
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa - Com restrição	8	8.385	35.263	Fornecedores	13	679	1.617
Caixa e equivalentes de caixa - Sem restrição	9	10.290	10.813	Obrigações sociais e trabalhistas	14	21.081	21.283
Adiantamentos		792	611	Obrigações tributárias		52	82
Tributos a recuperar		75	65	Obrigações com terceiros		804	934
Despesas antecipadas		13	13	Valores a pagar		2	3
Termo de parceria/doação a receber	10	347.994	426.115	Termo de parceria/doação a executar	15	323.737	312.071
Valores a receber		1.121	1.368	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>346.355</b>	<b>335.990</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>368.670</b>	<b>474.248</b>				
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Termo de parceria/doação a receber	10	153.669	288.624	Provisão para contingências	16	90.819	135.715
Depósitos judiciais	11	23.138	7.213	Termos de Parcerias/doação a executar	15	98.866	288.624
Títulos de capitalização		70	70	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>189.685</b>	<b>424.339</b>
Imobilizado - Com restrição	12	710	832	<b>Patrimônio social</b>			
Imobilizado - Sem restrição	12	103	147	Patrimônio social	17 a.	10.460	11.028
Intangível - Com restrição		140	222	<b>Total do patrimônio social</b>		<b>10.460</b>	<b>11.028</b>
Intangível - Sem restrição		-	1				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>177.830</b>	<b>297.109</b>				
<b>Total do ativo</b>		<b>546.500</b>	<b>771.357</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>546.500</b>	<b>771.357</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Nordeste Cidadania

## Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Receita operacional líquida</b>			
Receitas com restrições	18.1	197.668	680.460
Receitas sem restrições	18.2	555	971
		<u>198.223</u>	<u>681.431</u>
Custos com programas e projeto sociais com restrição	19	(197.617)	(680.408)
Custos com programas e projeto sociais sem restrição	19	(1.330)	(1.820)
		<u>(198.947)</u>	<u>(682.228)</u>
<b>Déficit bruto</b>		<u>(724)</u>	<u>(797)</u>
<b>Despesas gerais e administrativas</b>			
Despesas gerais e administrativas	20	(867)	(524)
Despesa com voluntariado	20	(205)	(245)
Outras receitas operacionais		125	4
		<u>(947)</u>	<u>(765)</u>
<b>Déficit antes do resultado financeiro</b>		<u>(1.671)</u>	<u>(1.562)</u>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>			
Receita financeira	21	1.156	1.208
Despesa financeira	21	(53)	(54)
		<u>1.103</u>	<u>1.154</u>
<b>Déficit do exercício</b>		<u>(568)</u>	<u>(408)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Nordeste Cidadania

## Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de Reais)*

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Déficit do exercício</b>	<b>(568)</b>	<b>(408)</b>
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>(568)</u></b>	<b><u>(408)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias.

# Instituto Nordeste Cidadania

## Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

*(Em milhares de Reais)*

	Nota	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>		<b>11.436</b>	-	<b>11.436</b>
Déficit do exercício	17 a.	-	(408)	(408)
Destinação do déficit do exercício		(408)	408	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>		<b>11.028</b>	-	<b>11.028</b>
Déficit do exercício	17 a.	-	(568)	(568)
Destinação do déficit do exercício		(568)	568	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>		<b>10.460</b>	-	<b>10.460</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Nordeste Cidadania

## Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Déficit do exercício		(568)	(408)
<b>Ajustes ao déficit do exercício</b>			
Depreciação e amortização	12	327	473
Baixa de ativo imobilizado/intangível	12	72	702
Constituição da provisão para contingência	16	21.685	103.756
Reversão, reavaliação e baixa de provisão para contingência	16	(58.883)	(4.401)
Atualização monetária sobre depósito judicial	12	(1.058)	(289)
		<u>(38.425)</u>	<u>99.833</u>
<b>(Aumento)/redução nos ativos em:</b>			
Adiantamentos		(181)	1.135
Tributos a recuperar		(10)	(5)
Despesas antecipadas		-	5
Termo de parceria/doação a receber		213.076	(96.297)
Valores a receber		247	896
Depósitos judiciais		(22.565)	(4.699)
Títulos de capitalização		-	-
		<u>190.567</u>	<u>(98.965)</u>
<b>Aumento/(redução) nos passivos em:</b>			
Fornecedores		(938)	(10.130)
Obrigações sociais e trabalhistas		(202)	(43.010)
Obrigações tributárias		(30)	(32)
Obrigações com terceiros		(131)	(1.173)
Termo de parceria/doação a executar		(178.092)	78.099
		<u>(179.393)</u>	<u>23.754</u>
<b>Fluxo de caixa líquido (utilizado nas) gerado das atividades operacionais</b>		<u>(27.251)</u>	<u>24.622</u>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aquisição de imobilizado com restrição	12	(143)	(158)
Aquisição de imobilizado sem restrição	12	(4)	(1)
Aquisição de intangível com restrição		(3)	(1)
		<u>(150)</u>	<u>(160)</u>
<b>Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades investimentos</b>		<u>(150)</u>	<u>(160)</u>
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalente de caixa</b>		<u>(27.401)</u>	<u>24.462</u>
Caixa no início do exercício (com restrição e sem restrição)		46.076	21.613
Caixa no fim do exercício (com restrição e sem restrição)		<u>18.675</u>	<u>46.076</u>
<b>(Redução) aumento do caixa e equivalente de caixa</b>		<u>(27.401)</u>	<u>24.463</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Instituto Nordeste Cidadania

## Demonstração das origens e aplicações dos recursos

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<b>Origens de recursos</b>			
Das operações			
Déficit do exercício		(568)	(408)
Depreciação e amortização	12	327	473
Custo contábil de ativos imobilizados e intangível baixados	12	72	702
Constituição de provisão para contingências	16	21.685	103.756
Atualização monetária sobre depósito judicial	11	(1.058)	(289)
De terceiros			
Redução de outros ativos e passivos não circulantes (Termo de Parceria)		<u>(54.803)</u>	<u>-</u>
<b>Total das origens</b>		<b><u>(34.345)</u></b>	<b><u>104.234</u></b>
<b>Aplicação de recursos</b>			
Aquisição de imobilizado	12	(147)	(158)
Aquisição de intangível		(3)	(1)
Reversão de provisão para contingência	16	(58.883)	(426)
Baixa provisão para contingência		-	(3.975)
Depósito judiciais		-	-
De terceiros			
Aumento de outros ativos não circulantes (Depósitos judiciais)		<u>(22.565)</u>	<u>(4.699)</u>
<b>Total das aplicações</b>		<b><u>(81.598)</u></b>	<b><u>(9.259)</u></b>
<b>(Redução) acréscimo no capital circulante líquido</b>		<b><u>(115.943)</u></b>	<b><u>94.975</u></b>
<b>Demonstração do acréscimo no capital circulante líquido</b>			
Ativo circulante			
No fim do exercício		368.670	474.248
No início do exercício		<u>474.248</u>	<u>644.143</u>
		<b><u>(105.578)</u></b>	<b><u>(169.895)</u></b>
Passivo circulante			
No fim do exercício		346.355	335.990
No início do exercício		<u>335.990</u>	<u>600.860</u>
		<b><u>10.365</u></b>	<b><u>(264.870)</u></b>
<b>Redução no capital circulante líquido</b>		<b><u>(115.943)</u></b>	<b><u>(94.975)</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### **1 Contexto operacional**

O Instituto Nordeste Cidadania (doravante referido como "Inec" ou "Instituto"), estabelecido em 1993, foi constituído por funcionários do Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) em apoio à Campanha Nacional de Combate à Fome, à Miséria e pela Vida. Nesse contexto, o Instituto surgiu como resposta às graves questões socioeconômicas enfrentadas por uma significativa parcela da população que se encontrava abaixo da linha da pobreza. Em 1996, o Inec foi registrado como uma Organização Não Governamental (ONG), ampliando assim a implementação de projetos produtivos que visam gerar emprego e renda.

Enquanto entidade de direito privado, sem fins lucrativos, o Instituto foi qualificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça, em 2003. Essa qualificação possibilitou ao Instituto firmar termos de parceria com órgãos públicos, iniciando sua primeira parceria com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) (doravante referido como "Parceiro Público"), para operacionalizar programas de microcrédito rural (Agroamigo). Por meio dessa parceria, os programas de microfinanças têm desempenhado um papel fundamental no combate à pobreza e na promoção da inclusão da população de baixa renda no processo produtivo, uma vez que facilitam o acesso ao crédito orientado para empreendedores de pequeno porte, tanto no setor formal quanto no informal da economia, incentivando assim a geração de trabalho e renda, no campo.

O Inec atua em todos os estados do Nordeste, bem como nos municípios do norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, e sua sede administrativa fica na cidade de Fortaleza, estado do Ceará.

Com atuação voltada para a promoção da cidadania para o desenvolvimento sustentável, e atividades nas áreas de educação, cultura, arte e tecnologia, o Instituto contribui para o fortalecimento de sua identidade perante a sociedade nas regiões em que atua. Destaca-se que a missão do Instituto é promover a cidadania por meio de programas socioambientais e de microfinanças, com o objetivo de impulsionar o desenvolvimento sustentável do semiárido. Suas ações socioambientais entendem que este desenvolvimento é possível a partir da geração de renda e do protagonismo social e, atualmente, são distribuídas em sete projetos que seguem metodologias que valorizam a vida, os recursos e a identidade local com o envolvimento da comunidade, e os laços sociais, todos alinhados aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) preconizados pelas Nações Unidas.

Alinhado ao seu objetivo social, o Inec não distribui entre os seus associados, conselheiros, diretores, empregados, voluntários ou doadores de recursos, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos no exercício de suas atividades, aplicando-os integralmente para a consecução dos seus objetivos sociais.

As informações referentes às atividades sociais estão disponíveis no site do Instituto: <https://inec.org.br/>.

### **Plano de continuidade operacional**

De acordo com a nota explicativa 6c., em 31 de dezembro de 2023, conclui-se o Termo de Parceria nº 2021/437 com o Banco do Nordeste S.A. para a operacionalização do Programa Crediamigo. No entanto, o Instituto e o Parceiro Público cumprirão o que está previsto em contrato, a qual estabelece a continuidade de repasses de recursos para arcar com ônus incidentes sobre o objeto da parceria, de tal forma que não haverá impacto financeiro para o Instituto.

Paralelamente, a operacionalização do Programa Agroamigo é assegurada pelo Termo de Parceria nº 2022/281 com o mesmo Banco do Nordeste S.A., com vigência até 31 de dezembro de 2024. Para informações complementares, consulte a nota explicativa 6c.

O Instituto segue uma abordagem ativa na manutenção e expansão de suas operações e projetos socioambientais. Isso envolve uma participação estratégica em editais e programas de incentivos, além da busca e estabelecimento de convênios e parcerias estratégicas. A atuação do Inec é ampliada por meio de colaborações com o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDCA-CE) e outros órgãos estaduais e federais, assegurando uma base sólida para nossas atividades.

Estão sendo preparados planos de trabalho para o “Programa Desenvolvimento Comunitário – Ciranda de saberes, diálogos e sustentabilidade” para submeter ao CEDCA-CE. Além disso, o Instituto está alinhado com as diretrizes federais para captação de recursos via leis de incentivo como a Lei Rouanet, planejando atividades que garantam a continuidade e o desenvolvimento dos projetos do Inec. Também conseguimos recursos com a OSC Water. Org para expansão do projeto Caminho das Águas.

Em seu portfólio voltado para a área socioambiental, encontram-se projetos em distintas etapas de execução, desde as atividades recorrentes do Projeto Prosseguir custeado pelo Instituto, voltado para a preparação de jovens para o ingresso no ensino superior e no mundo do trabalho, passando pelo avanço metodológico do Projeto Labinec Maracanaú explicado na nota explicativa 6c., até a implantação do Projeto Ecoinec, uma unidade experimental de agroflorestal urbana em Fortaleza (CE), também financiado por recursos próprios. Essa diversidade tem-se revelado essencial para manter a relevância e eficácia da atuação do Inec, atendendo às necessidades comunitárias e promovendo o desenvolvimento sustentável.

O Instituto está dedicado a assegurar a continuidade e o fortalecimento dos projetos existentes, ao mesmo tempo em que busca oportunidades para inovação e crescimento. O compromisso é manter e expandir as operações de forma ética e responsável, e o foco é reforçar as iniciativas socioambientais, garantindo que permaneçam resilientes, relevantes e alinhadas com a sua missão.

A Administração avalia de forma constante o impacto de qualquer evento com desdobramentos relevantes nas operações e na posição patrimonial e financeira do Instituto, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras. Assim, a Administração tem uma expectativa razoável de que a entidade terá recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

**Serviços prestados pelos auditores externos:**

Em atendimento a norma emitida pelo International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) e aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da NBC PA 400 (alterada pela Revisão da NBC 17) em 2023, requer a divulgação dos honorários relativos a serviços de auditoria e os relativos a quaisquer outros serviços. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Instituto desembolsou o montante de R\$ 113 relativos a serviços de auditoria prestados pela KPMG Auditores Independentes Ltda., e confirmamos que não há nenhum outro serviço por ela prestado.

## **2 Base de preparação**

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo a ITG-2002 (R1) – “Entidade sem Finalidade de Lucros”, e Leis 13.019/14 e 9.709/99 (Lei Geral das OSCIPS - Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público).

Detalhes sobre as políticas contábeis do Inec são apresentados na nota explicativa nº 6 – principais políticas contábeis.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente estas, estão sendo divulgadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão do Instituto.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração do Instituto Nordeste Cidadania em 15 de fevereiro de 2024.

## **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Instituto. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## **4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

### **(i) Julgamentos**

Não há julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

### **(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas**

As informações sobre as incertezas de premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material em exercícios futuros estão divulgadas:

- **Nota explicativa nº 16** - Provisão para contingência.

**(iii) Mensuração do valor justo**

Os valores justos são apurados para propósito de mensuração/divulgação. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Instituto usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; e
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros por categoria.

**5 Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

**6 Principais políticas contábeis**

As políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras, descritas em detalhes abaixo, foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, e estão consistentes com as políticas contábeis apresentadas nas demonstrações financeiras anuais do Instituto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

**a. Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. O Instituto considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

**b. Instrumentos financeiros**

**(i) Reconhecimento, classificação e mensuração**

O Instituto reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pelo Instituto são: caixa e equivalentes de caixa – sem restrição e com restrição, valores a receber, termo de parceria/doação a receber, termo de parceria/doação a receber não circulante e depósitos judiciais.

Os recursos de termos de parceria/doação a receber e termo de parceria/doação a receber não circulante são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo.

**(ii) Classificação e mensuração subsequente**

*Ativos financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Instituto mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”):

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais.

**(iii) Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio**

O Instituto realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Estes incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração do Instituto; e
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos do Instituto.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

(iv) ***Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros***

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Instituto considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Instituto considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e
- Os termos que limitam o acesso do Instituto a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas***

**Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

**Ativos financeiros a custo amortizado** Estes ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.

***Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pelo Instituto são: Fornecedores e outras obrigações, termo de parceria/doação a executar e termo de parceria/doação a executar – não circulante.

**(v) Desreconhecimento**

*Ativos financeiros*

O Instituto desreconhece um ativo financeiro quando:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

*Passivos financeiros*

O Instituto desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Instituto também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

**(vi) Compensação**

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

**(vii) Ativos e passivos financeiros derivativos**

O Instituto não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

**c. Termo de parceria/doação a receber**

São correspondes aos valores a ser repassado pelos termos de parceria firmados entre o Instituto e o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), por meio de contrato de doação com restrição com a Water.org, e o Termos de Fomentos celebrados com o Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente da Prefeitura de Maracanaú, Fundo Estadual para a Criança e ao Adolescente do Ceará e participação no Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC/MECENATO.

***Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo)***

Em 29 de dezembro de 2021, o Inec firmou com o Banco do Nordeste do Brasil (“BNB” ou “Parceiro Público”) o Termo de Parceria nº 2021/437 com vigência no período de três meses de 01 de janeiro a 31 de março de 2022. Em seguida firmou o primeiro aditivo, com vigência até 30 de junho de 2022; o segundo aditivo até 30 de setembro de 2022; e o terceiro aditivo até 31 de dezembro de 2022. A partir de 2023 a operacionalização do programa Crediamigo, deixou de ser executada pelo Instituto e passou a ser executada por outra entidade, no entanto o Instituto e o Parceiro Público, cumprirão o que está previsto em contrato, o qual estabelece a continuidade de repasses de recursos necessários para arcar com os ônus incidentes sobre o objeto da parceria, de tal forma que não haverá impacto financeiro para o Instituto que temas os quais são resultado das atividades operacionalizadas pelo Instituto para o Parceiro Público, durante a vigência do termo de parceria.

***Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo)***

Em 26 de dezembro de 2022, o Inec firmou com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) o Termo de Parceria nº 2022/281 pelo período de dois anos (01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2024). Durante a vigência do Termo nº 2022/281 o Instituto receberá recursos financeiros destinados a operacionalizar a gestão e a execução das atividades do Programa Agroamigo, na forma dos critérios exigidos pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO).

***Contrato de Concessão Water.org***

O Contrato de Doação de recursos com a Water.org, iniciado em 19 de setembro de 2019, teve sua vigência estendida até 01 de fevereiro de 2024, após sucessivas renovações, evidenciando a solidez e a confiança na parceria. Durante este período, o Instituto continua a receber fundos para a gestão e execução do Projeto Caminhos das Águas, em colaboração com o Banco do Nordeste (BNB).

***Termo de Fomento - Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maracanaú – (“Termo de Doação Labinec - FIA Maracanaú”)***

O Termo de Fomento nº 1592.22.08.25.01, com vigência de catorze meses (25 de agosto de 2022 a 24 de outubro de 2023, sendo renovado pelo primeiro aditivo, com vigência de 10 meses, até 25 de agosto de 2024, reiterando o compromisso em fornecer recursos contínuos para estes programas, essenciais para capacitar a próxima geração e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico da região.

Este termo estabelece o financiamento e apoio para iniciativas voltadas à inclusão tecnológica de jovens e crianças de Maracanaú. O objetivo é oferecer acesso a ferramentas e educação tecnológica, promovendo habilidades digitais e preparando os beneficiados para os desafios do futuro.

***Programa Nacional de Apoio à Cultura – PRONAC/MECENATO***

Em 23 de julho de 2020, o Inec firmou com a Secretaria Especial da Cultura do Ministério da Cidadania a participação no PRONAC/MECENATO nº 202895, operação tipo patrocínio em dinheiro, conforme art. 18 da Lei 8.313/91, de acordo com a Instrução Normativa Conjunta Sex MINC/SRF/MF nº 1, de 13 de junho de 1995, com vigência até 31 de julho de 2023, que tem por objeto valorizar o patrimônio imaterial nordestino e potencializar a economia da cultura em comunidades nordestinas. O projeto propôs e desenvolveu ações de formação e fomento à música, às artes cênicas e visuais, por meio da realização de cursos de teatro, de música instrumental e de artes plásticas, seguidas de mostras culturais com disseminação dos produtos culturais desenvolvidos nas oficinas e por outros autores culturais locais. Com fulcro no disposto nos artigos 41 e 42 da Instrução Normativa nº 1, de 10/04/2023, o projeto teve prazo de execução prorrogado até 31 de janeiro de 2024, para prestação de contas.

***Termo de Incentivo à Cultura - Mecenato Estadual Ceará***

Em 28 de outubro de 2021, a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará publicou em Diário Oficial do Estado nº. 244, a autorização para o Instituto captar recursos de até R\$ 120 (cento e vinte mil reais), financiado pelo Mecenato Estadual, na modalidade doação, para o projeto "Cultura em Comunidade: Formação, Difusão e Articulação em Rede", selecionado no XIII Edital Mecenas do Ceará, com inscrição no. ON-614636505.

Em 25 de junho de 2022, perante o Estado do Ceará, por meio da Secretaria da Cultura, como interveniente, foi firmado o Termo de Incentivo à Cultura – Mecenato, conjuntamente pelo Inec e pela Companhia Energética do Ceará COELCE, inscrição estadual nº 06.105.848-3, enquanto Contribuinte Incentivador, no valor de R\$ 110 (cento e dez mil reais).

Em 31 de janeiro de 2023, o Estado do Ceará através da Secretaria da Fazenda – SEFAZ autorizou que o contribuinte Companhia Energética do Ceará COELCE, deduzisse R\$ 40 (quarenta mil reais), limitado ao percentual de 2% do ICMS ao mês, observando o disposto na lei nº 13.811/2006. Em 1 de setembro de 2023, ocorreu a autorização para a dedução de R\$ 70 (setenta mil reais), nas mesmas condições, encerrando o repasse ao projeto correspondente ao Certificado de Incentivo Fiscal à Cultura - CEFIC nº 0062/2023, a ser deduzida do ICMS a recolher relativo ao mês de setembro de 2023.

**d. Depósitos judiciais**

Estes são demonstrados ao valor de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

**e. Imobilizado**

São apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, o Instituto reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, as taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, e estão apresentadas na nota explicativa nº 13.

Cada item de imobilizado é baixado quando ocorre a perda, obsolescência, devolução, ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

**f. Intangível**

***Softwares***

As licenças de softwares são registradas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

**g. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) *Ativos financeiros não derivativos***

O Instituto reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual a perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Instituto considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Instituto, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas.

**(ii) *Ativos não financeiros***

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

**h. Fornecedores**

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

**i. Obrigações sociais e trabalhistas**

As obrigações sociais e trabalhistas incluem gastos com empregados, tais como salários, encargos sociais, provisões de férias e de décimo terceiro salário. Os impostos e contribuições decorrentes da folha de pagamento (FGTS, IRRF, PIS e INSS) retidos dos empregados são reconhecidos obedecendo ao regime de competência.

**j. Provisões e provisões para riscos tributários e trabalhistas**

Provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Quando o Instituto espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

O Instituto é parte de diversos processos judiciais. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**k. Reconhecimento de receita**

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para o Instituto e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos. O Instituto avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

- **Receita com prestação de serviços de consultoria**  
A receita de prestação de serviços é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, o serviço for efetivamente realizado e o Instituto não detiver mais controle ou responsabilidade sobre o serviço prestado.  
  
O Inec realiza serviço de consultoria de planejamento e educação financeira a empreendedores de atividades produtivas de micro e pequeno portes, pessoas físicas e jurídicas, visando resguardá-los, direta ou indiretamente, de forma a assegurar a continuidade do ciclo de desenvolvimento sustentável do empreendimento e das economias locais e regionais.
- **Receitas de programas e projetos (Crediamigo e Agroamigo)**  
As receitas com restrições são lançadas com base na realização da despesa para execução dos projetos, ou seja, para cada registro de despesa realizada temos o registro da receita pelo mesmo valor.
- **Receita de doações / Receita de doações com restrição**  
As receitas de doações de pessoas físicas ou jurídicas são reconhecidas por ocasião do seu efetivo recebimento.

As doações e as subvenções recebidas para custeio e investimento devem ser reconhecidas no resultado, observado o disposto na NBC TG 07 (R1) – Subvenção e Assistência Governamentais.

- **Receita de juros**  
Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.
- **Receitas com trabalhos voluntários**  
As receitas com trabalhos voluntários, quando existentes, são mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que o Instituto haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício como receita no grupo de receitas operacionais em contrapartida nas despesas, a Entidade adota o critério de competência, por valor justo em atendimento ao item 19 da ITG 2002 (R1), inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções.

## **7 Novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas**

Não há novas normas que serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023, que tem impacto significativo quanto as divulgações das demonstrações financeiras Instituto.

## 8 Caixa e equivalente de caixa - Com restrição

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos com restrição	168	36
Aplicações financeiras com restrição (a)	8.217	35.227
	<b>8.385</b>	<b>35.263</b>

- (a) Recursos originados dos Termos de Parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que, respectivamente, estão relacionados ao Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo), Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo), dos recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e dos recursos do projeto Water.org., do Termo de Fomento do Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente de Maracanaú e do Termo do Incentivo à cultura - Secretaria da Cultura do Estado do Ceará.

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela renda fixa e estão disponíveis para utilização nas operações vinculadas aos projetos Crediamigo, Agroamigo, Water.org, Labinec e Mecenaz, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

Essas operações são de resgates imediatos e com compromisso de recompra pelo emissor e insignificante risco de mudança de valor. Durante o exercício as aplicações financeiras tiveram remuneração média equivalente a 92,30% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (92,70% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

### Movimentação das aplicações financeiras - Com restrição

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Resgate	Rendimento	IRRF	IOF	Saldo em 31/12/2023
<b>Aplicações financeiras - recursos com restrição</b>							
Banco do Nordeste - mda aplicação 107.165-0	2	-	-	-	-	-	2
Banco do Brasil - aplicação water.org c/c 15509-8	131	1.084	(773)	29	(6)	-	465
Banco do Nordeste - agroamigo aplicação 16929-9	4.849	7.337	(12.388)	276	(65)	(9)	-
Banco do Brasil - aplicação Cultura em Comunidade 15743-0	139	-	(108)	7	(2)	-	36
Banco do Brasil - aplicação Labinec - Fia Maracanau	347	245	(387)	19	-	-	224
Banco do Nordeste - crediamigo aplicação 20094-3 (i)	29.759	-	(26.360)	2.107	(425)	(2)	5.079
Banco do Nordeste - agroamigo aplicação 22002-2	-	36.834	(34.535)	151	(22)	(44)	2.384
Banco do Brasil - mecenaz - aplicação - cultura em comunidade - cap 16.296-5	-	165	(140)	2	-	-	27
<b>Total</b>	<b>35.227</b>	<b>45.665</b>	<b>(74.691)</b>	<b>2.591</b>	<b>(520)</b>	<b>(55)</b>	<b>8.217</b>

O Instituto mantém os recursos disponíveis aplicados financeiramente, enquanto não reinvestidos em atividades ligadas ao seu objeto social.

- (i) A redução decorre de resgates realizados para pagamentos de causas trabalhistas, depósitos judiciais e serviços advocatícios.

## 9 Caixa e equivalente de caixa - Sem restrição

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos sem restrição	85	48
Aplicações financeiras sem restrição	10.205	10.765
	<b>10.290</b>	<b>10.813</b>

### Movimentação das aplicações financeiras - Sem restrição

	Saldo em 31/12/2022	Adição	Resgate	Rendimento	IRRF	IOF	Saldo em 31/12/2023
Banco do Brasil - INEC aplic c/c 15172-6	2.991	-	(6)	355	(51)	-	3.289
Banco do Nordeste - INEC aplic c/c 1064-8	1.752	-	(1.543)	146	(25)	-	330
Banco Safra - aplicação INEC 5128-6	1.337	105	(61)	50	(12)	-	1.419
Banco do Brasil - projeto vale gás poup - 15172-6	30	5	(35)	-	-	-	-
Banco CEF - 287-9	4.655	-	(91)	603	-	-	5.167
<b>Total</b>	<b>10.765</b>	<b>110</b>	<b>(1.736)</b>	<b>1.154</b>	<b>(88)</b>	<b>-</b>	<b>10.205</b>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas junto às instituições financeiras que operam no mercado financeiro nacional e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas pela renda fixa e estão disponíveis para utilização nas operações do Instituto, ou seja, são ativos financeiros com liquidez imediata.

Essas operações são de resgates imediatos e com compromisso de recompra pelo emissor e insignificante risco de mudança de valor. Durante o exercício as aplicações financeiras tiveram remuneração média equivalente a 92,30% do CDI em 31 de dezembro de 2023 (92,70% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

## 10 Termo de parceria/doação a receber

Os valores são provenientes dos termos de parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), termo de fomento Fundo Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescência da Prefeitura de Maracanaú e termo de concessão firmados com a Water.org, e são repassados conforme os cronogramas de pagamentos/desembolsos dos termos.

	31/12/2023	31/12/2022
Termo de Parceria Crediamigo	182.649	185.229
Termo de Parceria Agroamigo	319.014	529.396
Termo de Doação Labinec - FIA Maracanaú	-	114
<b>Total</b>	<b><u>501.663</u></b>	<b><u>714.739</u></b>
<b>Circulante</b>	<b>347.994</b>	<b>426.115</b>
<b>Não circulante</b>	<b>153.669</b>	<b>288.624</b>

### Movimentação saldos dos projetos

	Saldo em 31/12/2022	Renovação/ Contratação	Rendimentos	Recebimento/ Repasso	Reversão (a)	Devolução Recurso (b)	Saldo em 31/12/2023
Termo de parceria Crediamigo	185.229	-	(2.580)	-	-	-	182.649
Termo de parceria Agroamigo	529.396	-	(348)	(199.148)	(19.206)	8.320	319.014
Termo de doação Water.org	-	1.060	(16)	(1.009)	(35)	-	-
Termo de doação Labinec - FIA Maracanaú	114	-	(5)	(119)	10	-	-
Termo de doação Mecensa	-	110	-	(110)	-	-	-
	<b><u>714.739</u></b>	<b><u>1.170</u></b>	<b><u>(2.949)</u></b>	<b><u>(200.386)</u></b>	<b><u>(19.231)</u></b>	<b><u>8.320</u></b>	<b><u>501.663</u></b>

(a) A reversão se refere ao valor projetado orçado do Termo de Parceria nº 2020-554, que não foi recebido e nem executado.

(b) A devolução se refere do Termo de Parceria nº 2020-554.

### Movimentação saldos dos projetos

	Saldo em 31/12/2021	Renovação/ Contratação	Rendimentos	Recebimento/ Repasso	Reversão	Devolução Recurso	Saldo em 31/12/2022
Termo de parceria Crediamigo	392.324	776.337	(623)	(495.711)	(487.098)	-	185.229
Termo de parceria Agroamigo	224.414	504.963	(142)	(163.942)	(35.897)	-	529.396
Termo de doação Water.org	1.666	-	(12)	(1.221)	(433)	-	-
Termo de doação Labinec - FIA Maracanaú	38	489	(5)	(409)	(25)	26	114
Termo de Fomento DC - FECA	-	26	-	(26)	-	-	-
	<b><u>618.442</u></b>	<b><u>1.281.815</u></b>	<b><u>(782)</u></b>	<b><u>(661.309)</u></b>	<b><u>(523.453)</u></b>	<b><u>26</u></b>	<b><u>714.739</u></b>

## 11 Depósitos judiciais

Os valores apresentados como depósitos judiciais representam o montante de depósitos recursais e depósitos judiciais recolhidos pelo Inec, que poderão ser revertidos em benefício, mediante as decisões judiciais.

Os saldos referem-se principalmente a causas trabalhistas nas quais o Instituto figura como réu conforme detalhado na nota explicativa nº 18.

	Crediamigo	Agroamigo	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>2.044</b>	<b>181</b>	<b>2.225</b>
(+) Adições	8.101	1.395	9.496
(+) Atualização monetária	255	34	289
(-) Pagamentos	(3.863)	(934)	(4.797)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>6.537</b>	<b>676</b>	<b>7.213</b>
(+) Adições	21.721	1.783	23.504
(+) Atualização monetária	980	78	1.058
(-) Pagamentos	(6.754)	(557)	(7.311)
(-) Devolução	(1.136)	(190)	(1.326)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>21.348</b>	<b>1.790</b>	<b>23.138</b>

## 12 Imobilizado (com restrição e sem restrição)

	31/12/2023	31/12/2022
Imobilizado com restrição (nota 13.1)	710	832
Imobilizado sem restrição (nota 13.2)	103	147
	<b>813</b>	<b>979</b>

### 12.1 Imobilizado com restrição

Os bens foram adquiridos com recursos originados dos termos de parceria firmados com o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), que, respectivamente, estão relacionados ao Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo) e Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo) e por meio da parceria entre Inec, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e projeto Water.org. Os bens doados são oriundos do termo de parceria Espaço Nordeste celebrado entre o Inec e o Banco do Nordeste do Brasil. Os citados bens foram incorporados ao imobilizado do Inec por ocasião do encerramento do termo e finalização das atividades.

	Taxas média anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Instalações	10%	3	(3)	-	-
Máquinas e equipamentos	10%	587	(295)	292	320
Móveis e utensílios	10%	222	(140)	82	104
Computadores e periféricos	20%	931	(619)	312	384
Veículos	25%	136	(136)	-	-
Instrumentos musicais	10%	14	-	14	12
Eletroeletrônicos de telefonia	10%	13	(3)	10	12
		<b>1.906</b>	<b>(1.196)</b>	<b>710</b>	<b>832</b>

A seguir está apresentada a movimentação do ativo imobilizado com restrição:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
<b>Custo:</b>				
Instalações	3	-	-	3
Máquinas e equipamentos (i)	581	37	(31)	587
Móveis e utensílios (i)	230	4	(12)	222
Computadores e periféricos (i)	953	88	(110)	931
Veículos	136	-	-	136
Instrumentos musicais	12	14	(12)	14
Eletroeletrônico de telefonia	13	-	-	13
<b>Total do custo</b>	<b>1.928</b>	<b>143</b>	<b>(165)</b>	<b>1.906</b>
<b>Depreciação:</b>				
Instalações	(3)	-	-	(3)
Máquinas e equipamentos	(262)	(51)	18	(295)
Móveis e utensílios	(126)	(18)	4	(140)
Computadores e periféricos	(568)	(125)	74	(619)
Veículos	(136)	-	-	(136)
Instrumentos musicais	-	(1)	1	-
Eletroeletrônico de telefonia	(1)	(2)	-	(3)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(1.096)</b>	<b>(197)</b>	<b>97</b>	<b>(1.196)</b>
<b>Imobilizado com restrição líquido</b>	<b>832</b>	<b>(54)</b>	<b>(68)</b>	<b>710</b>
	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
<b>Custo:</b>				
Instalações	6	-	(3)	3
Máquinas e equipamentos	937	72	(428)	581
Móveis e utensílios	584	2	(356)	230
Computadores e periféricos	1.356	46	(449)	953
Veículos	136	-	-	136
Instrumentos musicais	-	12	-	12
Eletroeletrônico de telefonia	-	13	-	13
<b>Total do custo</b>	<b>3.019</b>	<b>145</b>	<b>(1.236)</b>	<b>1.928</b>
<b>Depreciação:</b>				
Instalações	(4)	-	1	(3)
Máquinas e equipamentos	(362)	(79)	179	(262)
Móveis e utensílios	(179)	(48)	101	(126)
Computadores e periféricos	(688)	(169)	289	(568)
Veículos	(119)	(17)	-	(136)
Instrumentos musicais	-	-	-	-
Eletroeletrônico de telefonia	-	(1)	-	(1)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(1.352)</b>	<b>(314)</b>	<b>570</b>	<b>(1.096)</b>
<b>Imobilizado com restrição líquido</b>	<b>1.667</b>	<b>(169)</b>	<b>(666)</b>	<b>832</b>

## 12.2 Imobilizado sem restrição

	Taxas média anual de depreciação %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2023	31/12/2022
Máquinas e equipamentos	10%	168	(119)	49	54
Móveis e utensílios	10%	82	(56)	26	34
Computadores e periféricos	20%	388	(360)	28	59
Veículos	25%	128	(128)	-	-
		<b>766</b>	<b>(663)</b>	<b>103</b>	<b>147</b>

A seguir está apresentada a movimentação do ativo imobilizado sem restrição:

	Saldo em 31/12/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2023
<b>Custo:</b>				
Máquinas e equipamentos	165	3	-	168
Móveis e utensílios	84	-	(2)	82
Computadores e periféricos	406	1	(19)	388
Veículos	128	-	-	128
<b>Total do custo</b>	<b>783</b>	<b>4</b>	<b>(21)</b>	<b>766</b>

<b>Depreciação:</b>				
Máquinas e equipamentos	(111)	(8)	-	(119)
Móveis e utensílios	(50)	(6)	1	(556)
Computadores e periféricos	(347)	(33)	19	(361)
Veículos	(128)	-	-	(128)
<b>Total da depreciação</b>	<b>(636)</b>	<b>(47)</b>	<b>20</b>	<b>(663)</b>

<b>Imobilizado sem restrição líquido</b>	<b>147</b>	<b>(42)</b>	<b>(1)</b>	<b>103</b>
--	------------	-------------	------------	------------

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
<b>Custo:</b>				
Máquinas e equipamentos	166	1	(2)	165
Móveis e utensílios	82	2	-	84
Computadores e periféricos	396	10	-	406
Veículos	128	-	-	128
<b>Total do custo</b>	<b>772</b>	<b>13</b>	<b>(2)</b>	<b>783</b>

<b>Depreciação:</b>				
Máquinas e equipamentos	(100)	(13)	2	(111)
Móveis e utensílios	(43)	(7)	-	(50)
Computadores e periféricos	(312)	(35)	-	(347)
Veículos	(112)	(16)	-	(128)

<b>Total da depreciação</b>	<b>(567)</b>	<b>(71)</b>	<b>2</b>	<b>(636)</b>
-----------------------------	--------------	-------------	----------	--------------

<b>Imobilizado sem restrição líquido</b>	<b>205</b>	<b>(58)</b>	<b>-</b>	<b>147</b>
--	------------	-------------	----------	------------

## 13 Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores - Agroamigo	665	1.274
Fornecedores - Crediamigo (a)	-	338
Fornecedores - Inec Social	12	5
Fornecedores - Water.ORG	2	-
	<b>679</b>	<b>1.617</b>

(a) A variação decorre do encerramento do Termo de Parceria do Crediamigo.

## 14 Obrigações sociais e trabalhistas

Os valores a seguir representam salários a pagar, encargos incidentes sobre a folha de pagamento, provisão de férias e valores retidos dos empregados a serem repassados às associações de classe.

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Obrigações com empregados</b>		
Salários a pagar	5.683	5.189
Rescisão a pagar	78	354
	<b>5.761</b>	<b>5.543</b>
<b>Encargos sociais e contribuições</b>		
Contribuição sindical	21	21
FGTS a recolher	872	753
PIS sobre folha de pagamento	106	126
INSS a recolher	2.594	3.768
IRRF sobre folha de pagamento	807	1.204
	<b>4.400</b>	<b>5.872</b>
<b>Outras obrigações</b>		
Pensão judicial a repassar	11	14
Convênio BNB / CDC a repassar	150	84
	<b>161</b>	<b>98</b>
<b>Provisão para férias e encargos sociais</b>		
Provisão de férias	7.976	7.228
Provisão INSS sobre férias	2.072	1.897
Provisão PIS sobre férias	80	72
Provisão FGTS sobre férias	631	573
	<b>10.759</b>	<b>9.770</b>
<b>Total obrigações sociais e trabalhistas</b>	<b>21.081</b>	<b>21.283</b>

## 15 Termo de parceria/doação a executar

	31/12/2023	31/12/2022
Termo de parceria – Crediamigo (i)	127.846	94.823
Termo de parceria – Agroamigo (ii)	293.913	504.964
Termo de doação – Water.org	455	185
Termo de doação – MDA (iii)	2	2
Termo de doação Labinec FIA Maracanaú	300	554
Convênio Planseq (iv)	-	5
Termo de doação – PRONAC	36	150
Termo de Fomento – DC - FECA	10	12
Termo de doação MECENAS	41	-
	<b>422.603</b>	<b>600.695</b>
<b>Circulante</b>	<b>323.737</b>	<b>312.071</b>
<b>Não circulante</b>	<b>98.866</b>	<b>288.624</b>

### Movimentação dos saldos dos projetos

	Saldo em 31/12/2022	Renovação/ Contratação	Execução	Reversão Contingência	Reversão TP	(Despesas) /Receitas financeiras	Transferência Bancária	Saldo em 31/12/2023
Termo de parceria – Crediamigo	94.823	-	-2.627	35.662	-	-12	-	127.846
Termo de parceria – Agroamigo	504.964	-	-193.768	1.957	-19.205	-35	-	293.913
Termo de doação – Water.org	185	1.060	-751	-	-35	-4	-	455
Termo de doação – MDA	2	-	-	-	-	-	-	2
Termo de doação – Labinec FIA Maracanaú	554	-	-277	-	-	23	-	300
Convênio Planseq	5	-	-	-	-	-	-5	-
Termo de doação – PRONAC	150	-	-120	-	-	6	-	36
Termo de Fomento – DC – FECA	12	-	-3	-	-	1	-	10
Termo de doação MECENAS	-	110	-71	-	-	2	-	41
	<b>600.695</b>	<b>1.170</b>	<b>(197.617)</b>	<b>37.619</b>	<b>(19.240)</b>	<b>(19)</b>	<b>(5)</b>	<b>422.603</b>

	Saldo em 31/12/2021	Renovação/ Contratação	Execução	Reversão	(Despesas) /Receitas financeiras	Devolução de Recurso	Saldo em 31/12/2022
Termo de parceria – Crediamigo	316.097	776.337	(510.506)	(487.098)	-	(7)	94.823
Termo de parceria – Agroamigo	204.463	504.963	(168.565)	(35.897)	-	-	504.964
Termo de doação – Water.org	1.849	-	(1.231)	(433)	-	-	185
Termo de doação – MDA	19	-	(17)	-	-	-	2
Termo de doação – Labinec FIA Maracanaú	163	489	(73)	(25)	-	-	554
Convênio Planseq	5	-	-	-	-	-	5
Termo de doação – PRONAC	-	199	(67)	-	18	-	150
Termo de Fomento – DC - FECA	-	26	(11)	-	-	(3)	12
	<b>522.596</b>	<b>1.282.014</b>	<b>(680.470)</b>	<b>(523.453)</b>	<b>18</b>	<b>(10)</b>	<b>600.695</b>

## 16 Provisão para contingência

O Instituto é parte envolvida em processos judiciais e administrativos de natureza cível, trabalhista e tributária decorrentes do curso normal dos negócios. Com base nas informações e avaliações de sua assessoria jurídica, a administração mensurou e reconheceu provisões para as contingências em montante estimado do valor da obrigação e que reflete a saída de recurso esperada. A provisão para contingência constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. Foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável com base na recomendação da assessoria jurídica.

Durante o exercício de 2023, a Administração revisou e reavaliação da política de contabilização adotando-se o critério do provisionamento e a requalificação do status de cada processo à medida que as decisões judiciais passassem a ocorrer, o que anteriormente em 2022, era feito conforme avaliação do jurídico por meio das audiências. A revisão foi efetuada de acordo com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, que define critérios para a seleção e a mudança de políticas contábeis, juntamente com o tratamento contábil e divulgação de mudança nas políticas contábeis, a mudança nas estimativas contábeis e a retificação de erro. O Instituto reavaliou sua estimativa e aplicou aos saldos anteriores de maneira retrospectiva, conforme a orientação normativa,

Em 31 de dezembro de 2023 a provisão para contingência provável foi reavaliada pelo jurídico, e estava reconhecida no montante de R\$ 90.819 correspondendo a 891 processos, sendo 887 processos trabalhistas (R\$ 135.715 correspondentes a 919 processos, sendo 914 processos trabalhistas em 31 de dezembro de 2022).

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito significativo nas condições financeiras do Instituto, os recursos serão custeados pelo Banco do Nordeste por intermédio do Termo de parceria do Crediamigo e do Agroamigo conforme nota explicativa nº 6c.

A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

	Trabalhista	Tributária	Cível	Total
<b>Em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>36.350</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>36.360</b>
(+) Constituição de provisão	103.169	346	35	103.550
(+) Ajuste em projetos	206	-	-	206
(-) Reversão de provisão	(220)	-	-	(220)
(-) Ajuste de reversão	(206)	-	-	(206)
(-) Baixas	(3.975)	-	-	(3.975)
<b>Em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>135.324</b>	<b>356</b>	<b>35</b>	<b>135.715</b>
<b>Em 1º de janeiro de 2023</b>	<b>135.324</b>	<b>356</b>	<b>35</b>	<b>135.715</b>
(+) Constituição de provisão	21.685	-	-	21.685
(-) Reversão de prognóstico (a)	(24.118)	-	-	(24.118)
(-) Reavaliação de provisão (b)	(34.765)	-	-	(34.765)
(-) Baixas	(7.698)	-	-	(7.698)
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>90.428</b>	<b>356</b>	<b>35</b>	<b>90.819</b>

- (a) Mudança na probabilidade da perda que foi para possível e perda remota.
- (b) Adoção de novo valor por decisão judicial.

### **Principais naturezas – processos trabalhistas**

Os processos trabalhistas representam reclamações trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade e verbas rescisórias) e que encontram-se em fases processuais distintas.

### **Contingência avaliadas com risco de perda provável**

Em 31 de dezembro de 2023, o Inec é parte em outros processos trabalhistas para os quais a Administração, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos, julgou risco de perda possível de causas trabalhistas no valor de R\$ 46.123 correspondendo a 255 processos, (4 processos em 31 de dezembro de 2022 no valor total de R\$ 395) e causas administrativas e cíveis em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 7 correspondendo a 1 processo, (10 processos em 31 de dezembro de 2022 no valor de R\$ 30). As obrigações decorrentes desses processos são consideradas como passivos contingentes, uma vez que não é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação.

## **17 Patrimônio social**

### **a. Patrimônio social**

O patrimônio social representa o déficit/superávit acumulado do Instituto no decorrer das suas atividades.

O déficit ou superávit sem restrição é composto pelo resultado negativo entre a origem e aplicação dos recursos, os quais não possuem uma destinação específica, porém são alinhados com os objetivos sociais do Instituto.

O valor do déficit apurado no exercício será incorporado ao patrimônio social, conforme ITG 2002 (R1) “Entidade sem Finalidade de Lucros”. O Instituto apresentou déficit no montante de R\$ 568 em 31 de dezembro de 2023 (déficit de R\$ 408 em 31 de dezembro de 2022).

### **b. Remuneração do pessoal-chave da administração**

Contempla na remuneração dos membros da diretoria executiva salários e benefícios. Sendo estes em 2023 o montante de R\$ 1.103 (R\$1.008 em 2022).

## **18 Receitas operacionais líquidas**

### **18.1 Receitas com restrições**

	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo) (nota nº 1)	2.639	510.513
Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo)	193.803	168.562
Programa Water.org	755	1.234
Termo de Doação - Labinec - FIA Marac	277	73
Termo de Doação - MECENAS	71	-
Termo de Doação - Cultura Comun - Pronac	120	67
Termo de Doação - DC - FECA	3	11
<b>Receitas operacionais com restrições</b>	<b><u>197.668</u></b>	<b><u>680.460</u></b>

## 18.2 Receitas sem restrições

	31/12/2023	31/12/2022
Campanha Brasil sem fome (a)	122	408
Receita trabalho voluntário (b)	205	245
Programas sociais - Projeto Vale Gás	-	130
Doação de associados	95	102
Doações pessoa física e jurídica	125	24
Prestação de serviços de consultoria (c)	10	90
	<b>557</b>	<b>999</b>
<b>Deduções</b>		
(-) COFINS - Projeto Vale Gás	-	(10)
(-) COFINS sobre prestação de serviços	(1)	(7)
(-) ISS - Projeto Vale Gás	-	(7)
(-) ISS sobre prestação de serviços	(1)	(4)
	<b>(2)</b>	<b>(28)</b>
<b>Receitas operacionais com restrições</b>	<b>555</b>	<b>971</b>
<b>Total receitas operacionais líquidas</b>	<b>198.223</b>	<b>681.431</b>

- (a) Nos ano de 2023 em parceria com a Ação da Cidadania, o Inec desenvolveu a Campanha Brasil sem Fome, de arrecadação e distribuição de alimentos.
- (b) Serviços prestados pelo conselho Administrativo e Conselho Fiscal. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas em contrapartida nas despesas, de acordo com a competência, pelo valor justo de acordo com o item 19 da ITG 2002 (R1).
- (c) Para Entidades sem finalidade de lucro, não há incidência do PIS, conforme o que dispõe o artigo nº 47 da Instrução Normativa SRF nº 247/2002.

## 19 Custos com programas e projeto sociais

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Inec Território</b>		
<i>Desenvolvimento Comunitário</i>		
Serviços de terceiros	(38)	(156)
Material de consumo	-	(1)
Ajuda de custo	(17)	(12)
Deslocamento	(6)	(8)
Diárias	(3)	(7)
Materiais de apoio	(8)	(11)
Lanches e refeições	(11)	(13)
	<b>(83)</b>	<b>(208)</b>
<i>Calendário do bem</i>		
Materiais de apoio	(26)	(1)
Doações de Cestas Básicas	(127)	(417)
	<b>(153)</b>	<b>(418)</b>
<i>Doações diversas ações pontuais</i>		
Despesas com projetos e ações sociais pontuais	(45)	(41)
Doações projetos diversos	(1)	(17)
	<b>(46)</b>	<b>(58)</b>
<b>Total Inec Território</b>	<b>(282)</b>	<b>(684)</b>

**Instituto Nordeste Cidadania**  
**Demonstrações financeiras em**  
**31 de dezembro de 2023**

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Inec Juventude</b>		
<i>Prosseguir</i>		
Hora aula	(76)	(62)
Ajuda de custo	(12)	(5)
Lanches e refeições	(39)	(70)
Deslocamento	(3)	(1)
Material apoio	(18)	(23)
Serviços prestados por terceiros	(39)	(53)
Diárias	(3)	(3)
Telefone/Internet	(2)	-
Despesa c/capacitação	(16)	-
	<b>(208)</b>	<b>(217)</b>
<i>Jovens comunicadores</i>		
Ajuda de custo	(5)	(7)
Hora aula	(4)	-
Serviços prestados por terceiros	(15)	(34)
Despesa c/capacitação	(16)	-
Outros custos	(10)	(22)
	<b>(50)</b>	<b>(63)</b>
<b>Total Inec Juventude</b>	<b>(258)</b>	<b>(280)</b>
<b>Inec Cultura</b>		
<i>Cultura Em Comunidade</i>		
Material de consumo	-	(10)
Ajuda de custo	(20)	(11)
Deslocamento	(1)	(1)
Diárias	(5)	-
Serviços de terceiros	(47)	(125)
Outros custos	(3)	(27)
	<b>(76)</b>	<b>(174)</b>
<i>Espaço Leitura</i>		
Material apoio	(18)	(19)
Lanches e refeições	(84)	(71)
Material de consumo	-	(3)
Ajuda de custo	(55)	(62)
Deslocamento	(13)	(16)
Serviços de terceiros	(6)	(14)
Diárias	(3)	(2)
	<b>(179)</b>	<b>(187)</b>
<b>Total Inec Cultura</b>	<b>(255)</b>	<b>(361)</b>
<b>Inec Tecnologia</b>		
<i>Labinec</i>		
Serviços prestados por terceiros	(232)	(269)
Material apoio	(10)	(12)
Depreciação	(23)	(29)
Telefone/Internet	(3)	(3)
Ajuda de custo	(19)	(26)
Hora aula	-	(1)
Material de consumo	(2)	-
Lanches e refeições	(7)	(13)
Manutenção e Instalações	(3)	(6)
Outros custos	(8)	(6)
Custos com pessoal	(21)	(42)
	<b>(328)</b>	<b>(407)</b>
<b>Projeto Vale Gás</b>		
Ajuda de custo	(28)	(70)
Serviços prestados por terceiros	(8)	(16)
Outros custos	-	(2)
	<b>(36)</b>	<b>(88)</b>

**Instituto Nordeste Cidadania**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2023

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Projeto Ecoinec</b>		
Serviços prestados por terceiros	(138)	-
Material de apoio	(13)	-
Outros custos	(20)	-
	<u>(171)</u>	<u>-</u>
<b>Custos com programas sem restrições</b>	<u>(1.330)</u>	<u>(1.820)</u>
<b>Programa de Microcrédito Urbano (Crediamigo) (a)</b>		
Folha de pagamento	(110)	(207.625)
Provisão para contingência trabalhista	(19.866)	-
Reversão para contingência trabalhista	55.528	(94.754)
Reversão para contingência trabalhista no termo de parceria	(35.662)	-
Encargos sociais	(46)	(90.688)
Benefícios	(1)	(64.529)
Capacitação	-	(1.043)
Custos administrativos	(148)	(17.864)
Depreciação	(139)	(261)
Seleção	-	(2)
Monitoração	-	(300)
Trabalho em campo	-	(15.218)
Comunicação	-	(931)
Despesas com eventos	-	(467)
Despesas com TI	(6)	(5.691)
Despesas com manutenção	-	(7.797)
Despesa com jurídico	(2.023)	(1.349)
Serviços prestados por terceiros	(91)	(997)
Tributos	(63)	(955)
	<u>(2.627)</u>	<u>(510.471)</u>
<b>Programa de Microcrédito Rural (Agroamigo)</b>		
Folha de pagamento	(96.460)	(83.352)
Provisão para contingência trabalhista	1.819	-
Reversão para contingência trabalhista	(3.776)	(8.737)
Reversão para contingência trabalhista no termo de parceria	1.957	-
Encargos sociais	(33.470)	(29.476)
Benefícios	(38.522)	(27.733)
Capacitação	(2.069)	(825)
Custos administrativos	(5.276)	(5.605)
Depreciação	(110)	(98)
Monitoração	(483)	(681)
Trabalho em campo	(9.739)	(8.538)
Comunicação	(155)	(37)
Despesas com eventos	(1.534)	(263)
Despesas com TI	(2.866)	(1.905)
Despesas com manutenção	(1.653)	(379)
Despesa com jurídico	(312)	(274)
Serviços prestados por terceiros	(871)	(492)
Tributos	(248)	(165)
	<u>(193.768)</u>	<u>(168.560)</u>
<b>Programa Water.org</b>		
Folha de pagamento	(420)	(752)
Encargos sociais	(49)	(51)
Benefícios	(34)	(27)
Capacitação	(8)	(36)
Custos administrativos	(48)	(94)
Depreciação	(5)	(5)
Trabalho em campo	(37)	(35)
Serviços prestados por terceiros	(124)	(225)
Despesas com eventos	(26)	-
Tributos	-	(1)
	<u>(751)</u>	<u>(1.226)</u>
<b>Labinec Fia Maracanaú</b>		
Custos administrativos	(257)	(53)
Depreciação	(20)	(20)
	<u>(277)</u>	<u>(73)</u>

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Termo de Doação - MDA</b>		
Custo com depreciação	-	(17)
Recuperação de custo	-	17
	-	-
<b>Cultura em Comunidade – Pronac</b>		
Custos administrativos	(119)	(67)
Depreciação	(1)	-
	<u>(120)</u>	<u>(67)</u>
<b>Projeto DC – FECA</b>		
Custos administrativos		(10)
Depreciação	(3)	(1)
	<u>(3)</u>	<u>(11)</u>
<b>Projeto – MECENAS</b>		
Custos administrativos	(70)	-
Depreciação	(1)	-
	<u>(71)</u>	<u>-</u>
<b>Custos com programas com restrições</b>	<b>(197.617)</b>	<b>(680.408)</b>
<b>Total geral</b>	<b><u>(198.947)</u></b>	<b><u>(682.228)</u></b>

- (a) Apesar da conclusão do Termo de Parceria do Crediamigo, as obrigações com as contingências trabalhistas, assessoria jurídica e salário de colaboradores de licença trabalho permanecem até os vínculos entre as partes se extinguirem, conforme divulgado na nota explicativa nº 6.c.

## 20 Despesas gerais e administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas gerais e administrativas	(867)	(524)
Despesa com voluntariado (a)	(205)	(245)
<b>Total</b>	<b><u>(1.072)</u></b>	<b><u>(765)</u></b>
<b>Por natureza</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Divulgação	(75)	(80)
Material de escritório	(31)	(48)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(185)	(156)
Cursos e treinamentos	(30)	(7)
Depreciações e amortizações	(24)	(42)
Despesas tributárias	(242)	(229)
Despesas com pessoal	(4)	(2)
Confraternização	(94)	(23)
Lanches e refeições	(31)	(22)
Despesas com veículos	(31)	(27)
Deslocamentos	(49)	(34)
Diárias	(31)	(11)
Baixa bens ativo imobilizado	(1)	-
Aluguel / Manutenção de softwares	(15)	(15)
Manutenção e instalações	(5)	(1)
Seguros veículos	(6)	(5)
Despesa com voluntariado (a)	(205)	(245)
Outras despesas	(13)	(24)
Reversão provisão contingencia trabalhista	-	206
<b>Total</b>	<b><u>(1.072)</u></b>	<b><u>(765)</u></b>

- (a) Serviços prestados pelo conselho Administrativo e Conselho Fiscal. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas em contrapartida nas despesas, de acordo com a competência, pelo valor justo de acordo com o item 19 da ITG 2002 (R1).

## 21 Resultado financeiro, líquido

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Receita financeira</b>		
Rendimentos de aplicações	1.156	1.208
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b><u>1.156</u></b>	<b><u>1.208</u></b>
<b>Despesa financeira</b>		
Juros passivos	(1)	-
Taxas diversas	(52)	(54)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b><u>(53)</u></b>	<b><u>(54)</u></b>
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b><u>1.103</u></b>	<b><u>1.154</u></b>

## 22 Instrumentos Financeiros por categoria

O Instituto está exposto aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Esta nota descreve os objetivos, políticas e processos do Instituto para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los. Mais informações quantitativas em relação a esses riscos são apresentadas ao longo dessas demonstrações financeiras.

### 22.1 Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis de hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	2023	2022
<b>Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Caixa e equivalentes de caixa – com restrição	8.385	35.263
Caixa e equivalentes de caixa – sem restrição	10.290	10.813
Valores a receber	1.121	1.368
Termo de parceria/doação a receber - Circulante	347.994	426.115
Termo de parceria/doação a receber – Não circulante	153.669	288.624
	<b><u>521.459</u></b>	<b><u>762.183</u></b>
<b>Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado</b>		
Fornecedores	679	1.617
Termo de parceria/doação a executar - Circulante	323.737	312.071
Termo de parceria/doação a executar – Não circulante	98.866	288.624
	<b><u>423.282</u></b>	<b><u>602.312</u></b>

As atividades do Instituto o expõe aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado; e
- Risco da conjuntura do país.

### ***Risco de crédito***

O risco de crédito para o Instituto surge preponderantemente de disponibilidades resultante de depósitos em bancos e aplicações financeiras em fundos de investimentos financeiros e dos termos de parcerias a receber.

O Instituto aplica recursos apenas em fundos de investimentos administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Tesouro Direto. O Instituto não assume o risco de crédito pelo microcrédito o qual é administrado pelas instituições financeiras, visto que são os responsáveis pela análise e liberação do recurso financeiro. O Instituto não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito. Abaixo seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, pelos valores contábeis.

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 8 e 9)	18.675	46.076
Termo de parceria/doação a receber – Circulante (Nota 10)	347.994	426.115
Termo de parceria/doação a receber – Não circulante (Nota 10)	153.669	288.624
Títulos de capitalização	70	70
	<b>520.408</b>	<b>760.885</b>

### ***Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, respectivamente, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros do Instituto é apresentado conforme a seguir (valores contábeis):

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores e outras obrigações (Nota 13)	679	1.617
Termo de parceria/doação a executar (Nota 15)	323.737	312.071
Termo de parceria/doação a executar – Não circulante (Nota 15)	98.866	288.624
	<b>423.282</b>	<b>602.312</b>

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, não há inadimplência de pagamento de obrigações pelo Instituto.

***Risco de mercado (taxa de juros)***

Esse risco é oriundo da possibilidade do Instituto vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados pelos papéis aplicados por meio de fundos de investimento administrados pelo Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Tesouro Direto. Conforme comentado nas notas explicativas nº 8 e 9, as aplicações por meio dos fundos de investimento são certificados de depósitos bancários de fundos de renda fixa, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Administração adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em fundos de investimento financeiro indexados ao CDI, com resgate de curto prazo quando permitido pela diretoria executiva. A política de investimento do Instituto é submetida pela diretoria executiva ao conselho de administração que aprova anualmente a aplicação de recursos. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

O Instituto não mantém operações relevantes atreladas à variação das taxas de câmbio.

***Risco da conjuntura do país***

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Esta influência, bem como a conjuntura econômica e a política brasileira, poderá vir a causar um efeito adverso relevante nas atividades do Instituto e nas ações operacionais.

A inflação e certas medidas tomadas pelo Governo Federal para combatê-las, incluindo aumentos nas taxas de juros, e ausência ou mesmo exclusão de políticas de ações sociais poderão contribuir para a incerteza econômica e a viabilização de parceiros. Assim como, podem gerar um efeito adverso relevante sobre a condição financeira do Instituto.

## **23 Tributos e contribuições (renúncia fiscal)**

Na condição de Entidade sem fins lucrativos, aplicam-se a Entidade determinados benefícios fiscais estabelecidos em legislação ordinária.

O art. 15 da Lei nº 9.532/97 prevê isenção do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) às associações civis, sem fins lucrativos, observados os seguintes requisitos:

- (a) Não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados;
- (b) Aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;
- (c) Manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;
- (d) Conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

- (e) Apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal; e
- (f) Não apresentar superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destinar referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

A isenção não abrange os rendimentos e ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável.

## **24 Evento Subsequente**

Em 29 de janeiro de 2024 foi pactuada a renovação do Contrato de Doação com a Water.org, com vigência até 01 de fevereiro de 2025. Durante o período contratual e eventuais aditamentos, o Inec receberá recursos financeiros destinados a operacionalizar a gestão e a execução das atividades do Projeto Water.Org dentro da parceria entre Inec/Water.org/BNB.

A continuidade desta parceria estratégica é uma prioridade, refletindo o sucesso e a importância do projeto para as iniciativas de impacto socioambiental do Instituto. Baseado em uma comunicação transparente e constante com todos os stakeholders, o Inec busca assegurar que as expectativas para o próximo ano estejam alinhadas e sejam mutuamente benéficas.

\* \* \*

Stelio Gama Lyra Junior  
Presidente

Roque de Moraes Martins  
Diretor Financeiro

Maria Vania de Oliveira Soeiro  
Contadora  
CRC CE-009284/O-7

# DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 28/02/2024 | Edição: 40 | Seção: 3 | Página: 167

Órgão: Ineditoriais/Instituto Nordeste Cidadania

## EXTRATO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Instituto Nordeste Cidadania

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A.

EXTRATO DE RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA DE TERMO DE PARCERIA Nº 2022/281

Custo do Projeto: R\$ 504.962.681,00 (quinhentos e quatro milhões, novecentos e sessenta e dois mil, seiscentos e oitenta e um reais). Local de realização do projeto: Área de jurisdição do BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S.A. Data de assinatura do TP: 23/12/2022. Início do projeto: 01/01/2023. Término: 31/12/2024. Objetivos do projeto: Operacionalização do programa de microcrédito rural AGROAMIGO do Banco do Nordeste do Brasil S.A., com base nas estratégias definidas pelo Parceiro Público.

RESULTADOS ALCANÇADOS: METAS E INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO				
Itens	Meta para o período jan/2023 a dez/2023 (a)	Realizado no período jan/2023 a dez/2023 (b)	Diferença (a)-(b)	% de Realização (b)/(a)
Quantidade de Operações	627.000	585.716	-41.284	93,4%
Valor Contratado (Em R\$ milhões)	R\$ 4.464,24	R\$ 5.669,52	R\$ 1.205,28	127,0%
Valor total da Carteira Ativa Agroamigo / Total de unidades (R\$ milhões)	R\$ 31,86	R\$ 38,60	R\$ 6,74	121,2%
Total de clientes ativos Agroamigo / Total de unidades (Mil)	6,70	6,11	( - ) 595	91,1%
% Operações Renovadas	85%	73,09%	-12%	86,0%
% Operações Contratadas com Mulheres	50%	50,97%	1%	101,9%
CUSTO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO (1) - Em R\$ milhões				
Categoria de Despesa	Previsto para o período jan/2023 a dez/2023 (c)	Despesas desembolsadas no período jan/2023 a dez/2023 (d)	Diferença (c)-(d)	% de Realização (d)/(c)
Despesa com Pessoal	R\$ 184,49	R\$ 157,18	R\$ 27,32	85,2%
Capacitação de Empregados	R\$ 2,19	R\$ 2,04	R\$ 0,15	93,1%
Despesas Administrativas	R\$ 29,66	R\$ 24,79	R\$ 4,86	83,6%
Total	R\$ 216,34	R\$ 184,01	R\$ 32,33	85,1%

(1) Do valor total previsto de R\$ 216.338.866,00 para o período de janeiro/2023 a dezembro/2023, o projeto apresentou um custo no valor de R\$ 184.006.544,13, gerando saldo de R\$ 32.332.321,87 na posição parcial do Termo de Parceria.

(2) Para liquidar as despesas do período, foram recebidos repasses que totalizaram R\$ 185.800.380,10, creditados em conta corrente até Dez/2023, cujo saldo de disponibilidades em 31/12/2023 findou em R\$ 2.539.803,11. A composição do saldo de disponibilidades é feita pelo total de repasses R\$ 185.800.380,10 deduzido de R\$ 184.006.544,13 (despesas) e R\$ 329.922,55 (débitos diversos), adicionado de R\$ 990.799,82 (créditos diversos), R\$ 85.089,87 (rendimento líquido de aplicação financeira).

Nome da OSCIP: Instituto Nordeste Cidadania; Endereço: Av. Ministro José Américo, nº 326, Ed. 6º andar, Parque Iracema; Cidade: Fortaleza UF: CE CEP: 60.824-245. Tel.: (85) 3209-9200; E-mail: inec@inec.org.br; Nome do responsável pelo projeto: Stelio Gama Lyra Junior. Cargo/Função: Diretor Presidente.

